



ESTUDO DE MERCADO PARA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA

MARKET STUDY FOR AGRICULTURAL PRODUCTS OF RURAL SETTLEMENTS IN THE AMAZON

Laíse Carla Almeida da Conceição¹

Cyntia Meireles Martins²

Bárbara Ádria Farias³

Sérgio Castro Gomes⁴

Romulo Almeida Teixeira⁵

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi entender como é feita comercialização e a participação no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) dos principais produtos agrícolas, frutas, produtos animais e florestais madeireiros e não madeireiros, de famílias assentadas pelo programa de reforma agrária na Amazônia, especificamente nos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém. Por meio de pesquisa bibliográfica e com dados secundários, chegamos à conclusão que, embora os municípios e regiões pesquisadas sejam relevantes para a economia do Pará, esses são díspares em relação à produção e comercialização nos mercados institucionais, custos e preços são incomparáveis, provavelmente pelo fato das distâncias geográficas que os caracterizam, sendo o PAA uma política pública de ampliação de mercado e renda para produtos de origem familiar.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos, reforma agrária, mercados institucionais.

ABSTRACT

This research objectified understand how commercialization and PAA (Food Acquisition Program)'s participation are realized for the principals farm products, fruits, animals products, and forest timber and non-timber, from settled families by the agrarian reform program in the Amazon, specifically at Altamira, Itaituba and Santarém cities. By bibliographic research and secondary databases, the authors concluded that the cities and regions researched are important for the Pará State's economy, but there are disparate about production and commercialization ate Institutional Markets, so, costs and prices are unmatched, probably because of geographical distances for the cities, and the PAA is a public policy that extend market and incomes for familiar farm's products.

Key words: Food Acquisition Program, agrarian reform, institutional markets.

¹ Docente de Agronomia. Universidade Federal Rural da Amazônia. laise.agronomia@gmail.com.

² Doutora em Ciências Agrárias. Universidade Federal Rural da Amazônia. cyntiamei@hotmail.com.

³ Mestre em Administração. Universidade da Amazônia. barbaraadria@yahoo.com.br.

⁴ Doutor em Economia Aplicada. Universidade da Amazônia. scgomes@unama.br.

⁵ Docente de Agronomia. Universidade Federal Rural da Amazônia. romulo.a.teixeira@gmail.com.

Realização:



Apoio:





1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem demonstrado uma enorme capacidade de resistência diante de um histórico processo de desenvolvimento que é concentrador, excludente, destruidor de valores, socialmente injusto e ambientalmente insustentável. São muitos os desafios como: a adequação a um mercado industrial crescente em capacidade e rapidez tecnológica, a organização dos produtores para terem acesso ao crédito rural, ao mercado e às políticas públicas.

Quando os produtores familiares contam com apoio suficiente, a tendência é de redução da importância das rendas obtidas fora da unidade familiar. Isto porque o custo de oportunidade do trabalho é muito baixo em atividades não agrícolas (BUAINAIN et al., 2003).

De acordo com Wilkinson (2008) há três formas da agricultura familiar acessar os mercados: o acesso direto, em feiras e mercados locais; venda intermediada por atravessadores, que, segundo o autor, vem sendo substituída pela venda direta para supermercados, os quais impõem exigências, como atender à alta demanda mercantil com escala, frequência na entrega dos produtos e padronização dos produtos, tornando a agricultura familiar cada vez mais inviável. E as compras por parte do poder público, sendo considerado como estratégico o chamado mercado institucional.

Uma possibilidade de inclusão mercantil da Agricultura Familiar é a compra de gêneros alimentícios por parte do Estado em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal), ou seja, o Mercado Institucional de Alimentos (MIA), que pode se configurar como objeto de políticas públicas e estimular a comercialização e geração de renda pelos agricultores familiares mais pobres.

Dias et al. (2013) explana que os efeitos das políticas públicas para os agricultores é relativamente recente no Brasil. O MIA passou a constituir uma importante alternativa para comercialização a partir de 2003, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), cujo objetivos são contribuir para formação de estoques estratégicos e promover inclusão social no campo, fortalecendo a agricultura familiar, em especial, os cidadãos de baixa renda.

Busca-se responder: Como é feita a comercialização nos mercados institucionais dos principais produtos agrícolas (milho, arroz, feijão, mandioca, cacau, café, pimenta-do-reino, espécies frutíferas), pecuários (aves, suínos, ovinos, caprinos, abelhas e gado de corte e leite), peixe e florestais madeireiros e não madeireiros (andiroba, copaíba, castanha e seringa) pelas famílias assentadas pelo programa de reforma agrária nos seguintes municípios da Amazônia: Altamira, Itaituba e Santarém? Neste sentido, o objetivo deste trabalho é entender como é feita a comercialização nos mercados institucionais destes produtos, pelas famílias assentadas pelo programa de reforma agrária na Amazônia, especificamente nos seguintes municípios da Amazônia: Altamira, Itaituba e Santarém.

Realização:



Apoio:





2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar

Além de um modo de produção, a agricultura familiar é um modo de vida, que tenta se firmar frente às mudanças de modelos de produção, cada vez mais modernos e tecnológicos, que são melhores absorvidos pela produção industrial em larga escala. Nas últimas décadas a produção em níveis empresariais cresceu mais que a agricultura familiar, especialmente pela realidade institucional da agricultura familiar no país (como a desarticulação do sistema oficial de extensão rural; fragilidade organizacional dos agricultores, principalmente pelo uso de modelos organizacionais pouco adaptados às suas relações sociais e, ainda, o fato de a maior parte da pesquisa agropecuária ser voltada aos aspectos tecnológicos da produção) sendo que a agricultura familiar é um setor à margem do desenvolvimento rural no Brasil, (SABOURIN et al., 2009).

Em termos de acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação, a agricultura familiar se mostra bastante heterogênea, a diversidade da Renda Total (RT) dos agricultores familiares apresenta grande diferença, refletindo tanto diferenças entre estabelecimentos como entre as regiões do país. (BUAINAIN et al., 2003).

2.2 Políticas Públicas e Mercado Institucional

As ações públicas para a agricultura familiar foram ideologicamente bem recebidas, se desenvolveram e, em 1999, a manutenção destas políticas ficou sob responsabilidade do então criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deixando o Ministério da Agricultura para o modelo de agricultura patronal (modelo de produção com contratação de empregados permanentes ou temporários).

O Programa de Aquisição de Alimentos da (PAA) foi criado em 2003, instituído pela Lei nº. 10.696 de 2 de julho de 2003, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O programa é um segmento do MIA, mas o mesmo possui aspectos únicos, sendo o maior deles o fato de não haver licitação, operar com reservas de mercado (apenas entidades de agricultores familiares podem ter acesso) e o fato de as associações e cooperativas que propõe os preços por meio de contratos analisados pelo governo (MACIEL, 2008).

Mercados institucionais não visam lucros, envolvem uma ou mais esfera governamental (municipal, estadual, federal), buscando atender escolas, creches, hospitais e outros. Dentro deste sistema, segundo Maciel (2008), apenas o governo, em qualquer uma das três esferas, pode ser o agente econômico comprador.

Realização:



Apoio:





No Brasil, de acordo com Schmitt e Guimarães (2008), a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar por meio de mercado institucional é um evento relativamente recente, o Mercado institucional de alimentos (MIA) se mostra como uma boa estratégia para os empreendimentos da agricultura familiar, por apresentar oportunidades como o fortalecimento de processos sociais organizados, possibilidades para comercialização de diversos produtos, incluindo produtos agroecológicos e possibilidade de diversidade na produção.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa bibliográfica realizada contou com a combinação de dados qualitativos e quantitativos e em especial a estatística descritiva e a base de dados utilizada foi de origem secundária. Sobre o PAA, foram estudados os recursos destinados para o Estado do Pará e a evolução das modalidades.

As informações foram coletadas de relatórios e documentos oficiais da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundo Nacional de Alimentação Escolar - Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE - PNAE) e Banco da Amazônia (BASA).

O *lucus* do estudo de mercado é formado pelos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém, justificam-se por comercializarem os produtos oriundos de Projetos de Assentamentos. A escolha dos municípios justifica-se também, pelo fato dos municípios encontrarem-se na área de influência das rodovias Transamazônica e BR 163 na região oeste do Pará.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização da Área de Estudo

4.1.1 Crescimento populacional

De acordo com o IBGE (2010), o processo de urbanização no Brasil é acelerado e vem passando por fortes expansões, a taxa de urbanização, ou seja, o percentual da população total que reside em áreas urbanas cresceu de 36,2% em 1950 para 84,4% em 2010.

Na Tabela 1, pode-se ver o crescimento do número de pessoas nos municípios do estudo: Altamira, Itaituba e Santarém. Altamira registrou um acréscimo de 30.943 pessoas. O município de Itaituba teve um aumento populacional de 2.743 do ano de 2000 até 2010. E a cidade de Santarém, uma elevação de 32.043 na população.

Tabela 1: Crescimento populacional dos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém nos anos de 2000 e 2010, e estimativa populacional para o ano de 2015.

Realização:



Apoio:





Município	2000	2010	2015
Altamira	77.439	99.075	108.382
Itaituba	94.750	97.493	98.446
Santarém	262.538	294.580	292.520

Fonte: Dados do IBGE.

4.1.2 Economia e Quantidade de produtos oriundos de extração vegetal

Na região Amazônica em geral, a comercialização de produtos florestais não madeiráveis está condicionada pela distância de localização das áreas de distribuição aos centros de apoio e comercialização, fazendo com que a competitividade dos produtos seja prejudicada pelos altos custos de transporte (PEDROZO et al., 2011).

Os produtos vegetais alimentícios em destaque e extraídos no Estado do Pará são a castanha de caju, castanha do Pará, açaí e palmito, este último, porém, não apresentaram números de extração para os três municípios do estudo, estando contabilizado na Tabela 2 apenas o açaí, a castanha de caju e a castanha do Pará.

Segundo Homma (2012), o mercado do fruto do açaizeiro tem crescido e induzido a expansão deste, conseqüentemente, tem crescido a área de açaizais manejados e também a extração deste fruto. Apresenta um grande número de estoque natural, e proporciona exportação do fruto como matéria-prima, embora, segundo o autor, isto se constitua em um desestímulo à industrialização. A castanha do Pará também possui grande importância, sendo uma cultura disponível na qual a economia da Amazônia tem se desenvolvido e igualmente apresenta grande estoque natural (HOMMA, 2012).

As diversas atividades de extração obtiveram maiores resultados (em toneladas) no município de Altamira (onde há expressivas extrações do fruto de açaí e da castanha do Pará, embora não tenha havido resultados para extração de castanha de caju), e resultados menos expressivos de extração do fruto de açaí e das castanhas do Pará e de caju nas cidades de Itaituba e Santarém.

Tabela 2: Quantidade, em toneladas (t), de produtos alimentícios oriundos de extração vegetal no Estado do Pará e nos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém de 2008 a 2012.

Estado/ Município	2008	2009	2010	2011	2012
Pará	118.889	113.338	119.524	121.448	126.094
Altamira	761	597	674	754	674
Itaituba	23	22	22	23	23
Santarém	90	89	92	93	101

Fonte: Dados do IBGE.

4.1.3 Quantidade de produtos de lavoura permanente

Realização:



Apoio:





As culturas ou lavouras permanentes compreendem plantios agrícolas de longa duração, de modo que, após a colheita, não necessitam de um novo plantio, produzindo por vários períodos consecutivos. Nesse contexto, conforme a Tabela 3, o estado do Pará registrou, em 2012, uma produção de 2.204.067 t de produtos alimentícios (abacate, banana, cacau em amêndoa, café em grãos, castanha de caju, coco-da-baía, dendê, goiaba, sementes de guaraná, laranja, limão, mamão, maracujá, palmito, pimenta-do-reino, tangerina e semente de urucum) de lavoura permanente, apresentando um aumento de 4,23% se comparado ao ano de 2008.

Para os municípios em estudo, o de maior destaque foi Altamira com produção de 50.338 t, 4 vezes maior que a quantidade produzida em Santarém (12.363t) no ano de 2012, correspondendo a 2,29% da produção estadual no mesmo período. Já Itaituba obteve um crescimento regular entre os anos de 2008 e 2012.

Tabela 3: Quantidade, em toneladas, de produtos oriundos de Lavoura Permanente no Estado do Pará e nos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém de 2008 a 2012.

Estado/Município	2008	2009	2010	2011	2012
Pará	2.110.865	2.059.768	2.229.581	2.244.246	2.204.067
Altamira	25.448	26.128	43.079	50.612	50.338
Itaituba	8.800	10.933	16.376	17.817	17.772
Santarém	17.694	18.752	13.405	12.831	12.363

Fonte: Dados do IBGE.

4.1.4 Quantidade de produtos de lavoura temporária

A produção oriunda das lavouras temporárias (abacaxi, arroz com casca, cana, mandioca, milho, melancia, tomate, soja e feijão) são as mais representativas no conjunto da produção agrícola paraense, respondendo, em 2012, por 5.805.847 t. Embora em 2008 os números alcançados de produção sejam mais expressivos, chegando a atingir 5.896.527 t (Tabela 4).

O município em estudo que apresentou maior participação na produção de produtos alimentícios foi Santarém com 445.735t no ano de 2012, representados em 7,3% do total produzido no estado paraense no mesmo período. Itaituba aparece de forma discreta, contribuindo com 2,4% (133.125 t) da produção estadual no ano de 2012. Porém sua participação mais expressiva foi em 2008, quando atingiu 150.400 t de produtos alimentícios.

Entretanto, mesmo demonstrando números de produção anuais mais baixos que os demais municípios, Altamira foi o único que apresentou crescimento linear entre 2008 e 2011, sofrendo uma queda de 2.257 t no de 2012, totalizando em 67.739 t.

Realização:



Apoio:





Tabela 4: Quantidade, em toneladas, de produtos oriundos de Lavoura Temporária no Estado do Pará e nos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém de 2008 a 2012.

Estado/Município	2008	2009	2010	2011	2012
Pará	5.896.527	5.609.075	5.629.043	5.726.269	5.805.847
Altamira	40.558	52.304	65.432	69.996	67.739
Itaituba	150.400	77.058	81.775	81.425	133.125
Santarém	352.208	358.081	352.980	392.610	445.735

4.1.5 Rendimento de produtos oriundos de lavoura permanente

O rendimento de uma área de cultivo é calculado considerando a relação entre a quantidade de produção e a área colhida. Nesse segmento, o estado do Pará registrou em 2012, um rendimento de 6.106.060 kg/ha, 0,52% há mais que a produtividade alcançada no ano de 2008 a qual foi de 6.074.174 kg/ha. Porém, os dados revelam que a safra de 2011 atingiu o valor máximo dentre o período longitudinal de 2008 a 2012, com produtividade de 6.154.976 kg/ha, 0,79% superior que no ano seguinte (Tabela 5).

Comparado ao rendimento do Estado paraense, entre os anos de 2008 a 2012, o município de Itaituba apresentou um crescimento significativo ao longo do mesmo período. Uma vez que em 2012 a produtividade foi de 121.726 kg/ha, 9,74% superior que no ano de 2008 (110.919 kg/ha). Entretanto o rendimento da lavoura permanente em Santarém decaiu no decorrer do período de estudo, onde se percebe que a produtividade em 2012 de 112.400 kg/ha foi 10,8% menor comparado ao ano 2008 que foi de 126.083 kg/ha.

O município de Altamira demonstrou instabilidade nos números de rendimento ao longo dos anos. Este fato pode ser atribuído devido à adoção de um novo sistema e cultivo, pois conforme Ferreira et al.(2014), a agricultura do município de Altamira é tradicionalmente baseada na derruba e queima também chamada de agricultura itinerante ou migratória.

Tabela 5: Rendimento médio (kg/ha) da produção da Lavoura Permanente no Estado do Pará e nos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém de 2008 a 2012.

Estado/Município	2008	2009	2010	2011	2012
Pará	6.074.174	6.034.998	5.982.318	6.154.976	6.106.060
Altamira	96.084	89.637	103.144	77.367	107.656
Itaituba	110.919	111.321	112.926	121.622	121.726
Santarém	126.083	126.085	114.362	115.000	112.400

Fonte: Dados do IBGE.

4.1.6 Rendimento de produtos oriundos de lavoura temporária

Realização:



Apoio:





O rendimento da produção da lavoura temporária no Estado paraense apresentou um aumento de 9,9% ao longo período entre 2008 e 2012. É importante ressaltar que houve um decréscimo de 2009 (7.229.543 kg/ha) para 2010 (7.095.447 kg/ha), porém a partir de 2011 o rendimento aumentou em 619.658 kg/ha a mais em relação ao ano anterior (Tabela 6).

O município de Altamira responde por 2% do rendimento alcançado no estado do Pará em 2012 (7.913.575kg/ha). Contudo em 2010, Altamira atingiu o valor máximo de rendimento (159.489 kg/ha) correspondendo por 8,8% da média estadual para o mesmo período. Já Itaituba e Santarém no ano 2012, foram responsáveis por, 1,6% e 1,5% respectivamente do rendimento médio estadual.

Em alguns casos, as lavouras temporárias, mesmo apresentando baixos rendimentos, têm destacado papel na produção de alimentos e no fornecimento de matérias primas para a indústria de transformação, constituindo-se, dessa forma, em uma atividade estratégica para o processo de desenvolvimento econômico (SANTANA, 1988).

Tabela 6: Rendimento médio (kg/ha) da produção da Lavoura Temporária no Estado do Pará e nos municípios de Altamira, Itaituba e Santarém de 2008 a 2012.

Estado/Município	2008	2009	2010	2011	2012
Pará	7.200.192	7.229.543	7.095.447	7.715.105	7.913.575
Altamira	150.856	150.938	159.489	158.984	158.525
Itaituba	134.286	136.656	137.467	136.056	125.917
Santarém	127.777	127.373	127.450	118.635	123.388

Fonte: Dados do IBGE.

4.1.7 As ações das políticas públicas nos polos da área de estudo

Quanto às operações do PAA pela CONAB, foi possível verificar os totais dos recursos destinados ao Estado entre os anos de 2003 e 2014, conforme a Tabela 7. A operação no estado iniciou em 2003 com a modalidade de Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) que antecipou os recursos para o plantio nas safras 2003/2004 e 2004. Esta modalidade só ocorreu até 2004.

Tabela 7: Recursos aportados pelo PAA no estado do Pará (2003 a 2014).

Ano	CPR Estoque	CPR Doação	CDAF	CAAF	CAEAF	Total de Recursos
2003	-	-	-	1.875.000,00	-	1.875.000,00
2004	-	-	-	4.032.723,00	-	4.032.723,00
2005	-	-	1.391.407,99	-	3.319.708,76	4.711.116,75
2006	1.485,90	439,00	-	-	-	1.924,90
2007	373,04	1.173,51	-	-	-	1.548,55
2008	234,20	3.083,04	-	-	-	3.317,24

Realização:



Apoio:





2009	250.724,00	298.009,00	-	-	-	548.733,00
2010	-	4.958.727,00	-	-	-	4.958.727,00
2011	267.491,00	6.081.113,00	-	-	-	6.348.604,00
2012	1.092.268,00	8.616.858,00	-	-	-	9.709.126,00
2013	-	550.683,00	-	-	-	550.683,00
2014	229.854,00	1.833.270,00	-	-	-	2.063.124,00

Fonte: Dados sistematizados pelos autores a partir dos Relatórios da CONAB.

O sucesso da CPR (Compra para Doação Simultânea) Doação entre os anos de 2010 e 2012 se deveu ao desempenho do instrumento, que possibilitou a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, além de que a CONAB priorizou os projetos que tinham participação de quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, extrativistas, assentados e atingidos por barragens (CONAB, 2013). No ano de 2013 os números para CPR Doação não foram tão expressivos quando comparados com os anos anteriores, isso porque houve pouca demanda para aquisição de produtos (CONAB, 2014).

No ano de 2005, os recursos executados foram das modalidades Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), que segundo Dias (2013), se valiam para superar os desafios de dotar os agricultores de empreendimentos formalizados para comercialização, regulando preços nos mercados locais (haja vista que a CONAB estabelece preços mínimos como referência para a aquisição dos produtos), os quais até mesmo o “atravessador” deve praticar para tornar viável sua atuação com os agricultores familiares.

5 CONCLUSÃO

Foi possível observar, no período pesquisado, o crescimento constante da população dos municípios alvos e as taxas de aprovação no ensino fundamental e médio significativas em relação aos números médios apontados nas estatísticas do Estado paraense, exceção em relação ao município de Itaituba que, em alguns momentos, não apresentou o mesmo desempenho, fato que ratifica o *locus* do estudo como relevante.

A quantidade produzida dos municípios nos períodos estudados foi sempre crescente, fato justificado, em parte, pelo acréscimo populacional, e teve como consequência o acréscimo de renda dos municípios e moradores da área rural, também o crescente aporte de recursos do Estado, além de

Realização:



Apoio:





que é possível deprender que as variáveis que impactam o entendimento do objeto proposto são diversas e com isso, os preços praticados nas vendas dos produtos também são díspares.

Concluimos, portanto que, embora os municípios e regiões pesquisadas sejam relevantes para a economia do Estado do Pará, esses são díspares em relação à produção e comercialização nos mercados institucionais dos principais produtos agrícolas, pecuários, peixe e florestais madeireiros e não madeireiros das famílias assentadas pelo programa de reforma agrária na Amazônia, muito provável pelas distâncias geográficas que os caracterizam, fato que incita novas pesquisas. Ademais, reconhece-se que o mercado institucional se mostra importante neste contexto, em específico, o PAA, ampliando e assegurando mercado e renda para produtos de origem familiar.

REFERÊNCIAS

- BUAINAIN, Antonio M., ROMEIRO, Ademar R., GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.
- CONAB. **Resultados das Ações do PAA CONAB de 2012**. Brasília: Conab, 2013.
- _____. **Resultados das Ações do PAA CONAB de 2013**. Brasília: Conab, 2014.
- DIAS, T. F., NUNES, E. M., de LIMA TORRES, F., & TORRES, A. C. M. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, 2013.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. IBGE, 2010.
- MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar**. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) Universidade de Brasília, DF.
- PEDROZO, Eugênio Ávila et al. Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs): as filières do açaí e da castanha da Amazônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 3, n. 2, 2011.
- SABOURIN, E.; XAVIER, J. H. V.; TRIOMPHE, B. Um olhar sobre os enfoques e métodos no Projeto Unaí. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de (Ed.). **Projeto Unaí: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2009. p. 53-93.

Realização:



Apoio:





SANTANA, A. C. **Crescimento e estrutura da produção agrícola na Amazônia**. Belém: FCAP, dez. 1988. p.57-78. (Boletim nº 17).

SCHIMITT, Cláudia Job; GUIMARÃES, Leonardo Alonso. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas** - v. 5 – nº 2 - junho de 2008.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Realização:



Apoio:

